

Tradução

## Considerações sobre o conceito gramsciano de “classes subalternas”\*

Massimo Modonesi\*\*

Por certo, a filosofia da práxis se realiza no estudo concreto da história passada e na atividade atual de criação de uma nova história. Mas é possível elaborar a teoria da história e da política, já que, se os fatos são sempre individuais e mutáveis, no fluxo do movimento histórico, os conceitos podem ser teorizados (Antonio Gramsci).

A partir dos anos 1980, como reflexo da queda dos movimentos anticapitalistas e do triunfo do neoliberalismo, os conceitos de *classe* e de *luta de classes* – os mais originais, críticos e radicais do marxismo – tornaram-se particularmente incômodos, produzindo um movimento em que, conseqüentemente, os pós-marxistas rejeitaram tais conceitos; os mais ortodoxos os retomaram mecanicamente; outros marxistas, os contornaram ou os evitaram, de modo que apenas alguns marxistas empreenderam a árdua tarefa de atualizar o debate sobre classe e luta de classe na contemporaneidade. Independentemente de uma resolução conceitual, nas sociedades capitalistas contemporâneas o problema das classes continua a emergir e a se impor no âmbito da produção e circulação de mercadorias e ideologias, da organização e da hierarquia social que lhes correspondem, assim como atravessa as dinâmicas dos alinhamentos subjetivos políticos e culturais que as habitam.

Na busca por chaves de leitura que tornem inteligíveis esses processos, consideramos possível e imprescindível sustentar e, ao mesmo tempo, afirmar na contemporaneidade uma abordagem classista que responda ao princípio da *totalidade*, ou seja, que articule a análise das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Para dar consistência a essa busca,

\* “Considerazioni sul concetto gramsciano di ‘classi subalterne’”. Texto publicado originalmente na revista *Critica Marxista* (2019, nº 2). Reproduzido com a permissão do autor, concedida em junho de 2025. Traduzido por: Ana Livia Adriano e Emilie Faedo Della Giustina – docentes da Universidade Federal Fluminense (UFF).

\*\* Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), Faculdade de Ciências Políticas e Sociais.

contamos com um patrimônio de conhecimento histórico e com uma série de projetos teóricos elaborados por diversos autores e por distintas correntes do marxismo crítico<sup>1</sup>.

Partindo desses pressupostos, dedicaremos as próximas páginas ao conceito de *classes subalternas* desenvolvido por Antonio Gramsci em seus escritos carcerários. Comportando grande atualidade e relevância – tanto sociológica quanto política – a noção de classes subalternas não foi devidamente estudada e analisada por Gramsci, apesar de ocupar um lugar fundamental na estrutura do seu pensamento. Nesse sentido, apresentaremos duas considerações: a primeira está relacionada ao adjetivo qualificativo de *subalterno*, no qual denominaremos da *sequência subalternidade-autonomia-hegemonia*. E, a segunda, associa-se ao substantivo *classe* e ao que denominamos *fórmula classes subalternas*.

### A sequência subalternidade-autonomia-hegemonia

A origem e evolução do conceito de *subalterno* na obra de Gramsci foi reconstruída e analisada por vários autores<sup>2</sup>. Acrescemos a esse levantamento as contribuições dos Subaltern Studies<sup>3</sup> que, embora tenham colaborado para a difusão do conceito, geraram mais equívocos do que esclarecimento em relação à sua consistência e alcance<sup>4</sup>. Denominamos de “subalternismo” esse uso indefinido do conceito, dado que culmina em uma abordagem essencialista de uma subjetividade reclusa na subalternidade e na exaltação de um subalterno autônomo, ativo, consciente e rebelde, ou seja, um subalterno não subalterno<sup>5</sup>.

Para sair desse *impasse* teórico, amplamente difundido no mundo acadêmico anglo-saxão, mas também através dos estudos culturais e pós-coloniais na América Latina, é oportuno retornar ao texto de Gramsci para reconhecer e destacar que o lugar e o papel que o conceito de subalternidade ocupa no seu pensamento gira em torno da sequência subalternidade-

<sup>1</sup> Um percurso descritivo de alguns dos autores mais influentes pode ser encontrado em Modonesi; Vela; Mingau. *El concepto de clase social en la teoría marxista contemporánea*, Cidade do México, Unam-Buap, 2017.

<sup>2</sup> BARATTA, G. *Antonio Gramsci em contraponto*. São Paulo: Unesp, 2011; J.A. Buttigieg, *Sulla categoria gramsciana di “subalterno”*, in G. Baratta, G. Liguori (a cura di), *Gramsci da un secolo all’altro*, Roma, Editori Riuniti, 1999; Id., *Subalterno, subalterni*, in G. Liguori, P. Voza (a cura di), *Dizionario gramsciano 1926-1937*, Roma, Carocci, 2009; M.E. Green, *Sul concetto gramsciano di “subalterno”* [2002], in G. Vacca, G. Schirru (a cura di), *Studi gramsciani nel mondo 2000-2005*, Bologna, Il Mulino, 2007; M. Modonesi, *Subalternità antagonismo autonomia*, Roma, Editori Riuniti, 2015. Guido Liguori, em dois artigos distintos, classificou de modo claro e bem documentado as diversas acepções que aparecem nos Cadernos: G. Liguori, *Tre accezioni di “subalterno” in Gramsci*, In *Critica Marxista*, 2011, n. 6, e Id., *“Classi subalterne” marginali e “classi subalterne” fondamentali in Gramsci*, In *Critica Marxista*, 2015, n. 4.

<sup>3</sup> Corrente historiográfica e interdisciplinar surgida na década de 1980 na Índia, de grande significado para os estudos dos subalternos. Contribuições e limitações desta corrente podem ser encontradas em MODONESI, M. Da subalternidade ao subalternismo: uma crítica gramsciana aos Subaltern Studies. In: DEL ROIO, M. (ed.). *Gramsci: periferia e subalternidade*. Edusp: São Paulo, 2017. [Nota das Tradutoras]

<sup>4</sup> Como já indicado por Buttigieg, Green, Modonesi, e da D. Arnold, *Gramsci e la subalternità contadina in India*, In G. Vacca, P. Capuzzo e G. Schirru, *Studi gramsciani nel mondo. Gli studi culturali*, Bologna, il Mulino, 2008, e V. Chibber, *Postcolonial theory and the specter of capital*, London, Verso, 2013.

<sup>5</sup> M. Modonesi, *Subalternità antagonismo autonomia*, cit., pp. 38-52.

autonomia-hegemonia. Considero importante insistir nesse ponto e desenvolvê-lo até as últimas consequências<sup>6</sup> porque há implicações teóricas essenciais não somente em relação à interpretação do pensamento de Gramsci, mas também às teorizações marxistas relacionadas aos processos de subjetivação política. Porque, dito de maneira mais simples, Gramsci não é um teórico da subalternidade, mas da sua superação, da saída da subalternidade, da construção histórica de um indivíduo social e político autônomo capaz de disputar a hegemonia. O desejo de compreender os subalternos fomenta o “espírito de cisão”<sup>7</sup> próprio da vida e obra do autor, tendo como fio condutor a iniciativa autônoma das classes subalternas, sem, contudo, tomá-la como garantida e/ou essencializá-la.

Nesse sentido, nos seus escritos carcerários, Gramsci dá a impressão de que intencionalmente recua um passo para poder avançar dois: apresenta a necessidade de retornar à história das classes subalternas e colocar em questão o terreno historiográfico para refletir sobre as etapas e processos que contribuem para a formação da autonomia e à consciência de classe<sup>8</sup> enquanto condição para iniciar e manter a luta pela hegemonia (temática que deriva, em certo sentido, de Lenin, mas que é desenvolvida por Gramsci de modo original). Em um desenvolvimento lógico, seria possível argumentar que a noção de *classes subalternas* é a condição *sine qua non* para pensar e desenvolver a noção de hegemonia e que a autonomia constitui a mediação, o caminho indispensável ou - em termos dialéticos, a antítese da subalternidade, a parte integrante da síntese hegemônica que permite superar a contradição e que desfaz e refaz de maneira diversa o conflito de classe<sup>9</sup>.

Mas, independentemente das conjecturas teóricas ou metateóricas, inclusive no plano genealógico, na elaboração diacrônica e ramificada dos Cadernos, é fato que a formulação acerca dos subalternos precede a plena realização do conceito de hegemonia. Ao mesmo tempo, não se pode negar que também aconteça, se remontarmos a outros escritos e às origens

<sup>6</sup> Como já foi tratado em cfr. *ivi*, pp. 36-37 e, em geral, em todo o cap. 1.

<sup>7</sup> Gramsci descreve o “espírito de cisão” como a “aquisição progressiva da consciência da própria personalidade histórica” que deve se estender da classe protagonista às classes aliadas, surgindo como condição fundamental para disputar o campo ideológico da classe dominante (Q3, §49). Cf. DEL ROIO, M. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única* (1919-1926). São Paulo, Boitempo: 2019. [Nota das Tradutoras]

<sup>8</sup> Que, além de serem argumentos inevitáveis no pensamento marxista, estavam no centro de suas reflexões à época do *Ordine Nuovo* e dos Conselhos de fábrica, assim como na sua posterior formação leninista em Moscou (cfr. *ivi*, pp. 24-26).

<sup>9</sup> Nas notas sobre classes subalternas no Caderno 3, de 1930, é formulado e apresentado pela primeira vez, de modo embrionário, uma das principais abordagens originais de Gramsci ao marxismo: a realização “orgânica” entre Estado e sociedade civil como realização da hegemonia das classes dominantes, a qual o portará, na sequência, a elaborar a noção de Estado ampliado, “sociedade política + sociedade civil”.

leninistas da questão, a hegemonia da classe operária em relação à classe camponesa<sup>10</sup>. Para dizer de outro modo, se encontra *antes e depois*.

Para Gramsci, é somente a partir da gradual conquista da própria autonomia que a trajetória política dos subalternos pode *atravessar* a sociedade civil, disputar a hegemonia e eventualmente conseguir *tornar-se* Estado, *rompendo* definitivamente a relação e a estrutura de dominação existente.

§2 Critérios metodológicos. A história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, nas atividades histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominante e, portanto, só pode demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta<sup>11</sup>.

Nesse sentido, o conceito de *classes subalternas* deve relacionar-se com o de *classes hegemônicas*, ao invés de simplesmente contrapor-se ao de *classes dominantes*. Nota-se, assim, a sequência de um hipotético processo de subjetivação: subalternidade (classes subalternas hegemônicas), autonomia e consciência de classe, disputa hegemônica (contra-hegemonia), hegemonia (hegemonia alternativa). Uma trajetória abstrata no interior da qual aparecem e intervêm, em uma teia de relações de força, atores e personagens concretos de diversas constituições: classes, grupos, massas, intelectuais, partidos, personalidades cesaristas<sup>12</sup> e enfim um “príncipe” que poderia organizar e guiar o processo *rumo a um desfecho revolucionário*.

Sob esse ponto de vista, faz-se necessário observar que o conceito de *subalterno* é ambivalente, pela sua ancoragem na dominação e sua tendência em direção à autonomia, indica o caminho do assujeitamento à subjetivação. Essa ambivalência é sintetizada na frase em que Gramsci afirma que as classes subalternas estão sempre na defensiva, “também quando se rebelam”, mas deixam raros e preciosos traços de “iniciativa autônoma”, de espírito

<sup>10</sup> Fresu, G. *Stato, società civile e subalterni*, in A.M. Baldussi, e P. Manduchi, *Gramsci in Asia e in Africa*, Cagliari, Aipsa Edizioni, 2010; A. Di Biagio, *Egemonia leninista, egemonia gramsciana*, in F. Giasi, (a cura di), *Gramsci nel suo tempo*, Roma, Carocci, 2008.

<sup>11</sup> As referências aos Cadernos, inclusive as diretamente no texto, são de A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, edizione critica dell’Istituto Gramsci, a cura di V. Gerratana, Torino, Einaudi, 1975; são efetuadas indicando a letra Q seguida dos números do caderno, parágrafo e página (nesse caso, Q 25, 5, 2283-2284).

<sup>12</sup> Na elaboração gramsciana, o cesarismo é definido como um regime em que forças beligerantes (“progressivas” e “regressivas”) se esgotam mutuamente, abrindo espaço para uma “grande personalidade” que assume arbitrariamente o poder (Q9, XIV, § 133). [Nota das tradutoras]

de cisão, de consciência ou, em outras palavras, de independência e de autodeterminação de classe.

Um trecho dos Cadernos em que Gramsci fala do “trabalhador coletivo” é exemplar em relação à tensão entre condição subalterna e tendência à autonomia, dado que nosso autor se refere à classe “ainda subalterna” e que “não é mais subalterna”, em termos de “cisão” e de “consciência” (Q9, 67, 1138). Sendo assim, de um lado, os subalternos aparecem como passivos ou apáticos, sofrem a iniciativa hegemônica, fundamentalmente a imposição não violenta e a assimilação da subordinação, ou seja, a internalização dos valores propostos, a partir dos quais as classes dominantes de fato dominam ou *conduzem* moralmente e intelectualmente o processo histórico.

Gramsci assinala que também na rebelião ocorre esse dispositivo relacional, a partir do qual refuta implicitamente qualquer dualismo maniqueísta que pretenda cindir os indivíduos reais a partir da *separação* entre resistência, desobediência e submissão como momentos separados – assim como refuta o dualismo espontaneidade-direção consciente.

Com efeito, ao mesmo tempo em que são *assujeitadas*, as classes subalternas se subjetivizam porque são ativas. Gramsci estabelece as etapas e as formas de ação destas em uma tipologia processual, que parte da existência material dos subalternos e passa por diversas possibilidades e modalidades de afirmação da consciência por meio de progressos na sua autonomia social e política. Em síntese: “1) o formar-se objetivo (...) no mundo da produção (...) a sua origem como grupos sociais preexistentes”; “2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes” que buscam influenciar; 3) “o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes para manter o consenso e controle dos grupos subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos com reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos mas em velhos moldes; 6) as formações que afirmam a autonomia integral etc.” (Q25, 5, 2288).

Giorgio Baratta habilmente destaca que o “etc” que segue o ponto 6 da famosa nota abre outras fases e níveis<sup>13</sup>, sendo a autonomia o caminho intermediário entre a subalternidade e uma nova hegemonia, que corresponde à tese na qual a autonomia (para Gramsci, encarnada no *príncipe moderno*, o Partido Comunista<sup>14</sup>) é a condição e o ponto de partida para empreender a luta pela hegemonia.

<sup>13</sup> G. Baratta, *op. cit.*, pp. 130-132.

<sup>14</sup> Gramsci, na esteira de Lenin, não confia em uma simples gestação espontânea e de baixo da autonomia e, por isso, não pode confundir-se com uma posição autonomista.

O contraponto ou, se quisermos, a antinomia entre subalternidade e autonomia aparece, explicitamente ou implicitamente, em distintas passagens dos Cadernos. Um vínculo estreito que poderia parecer óbvio, mas não destacado suficientemente e negado implicitamente quando foi se separou o estudo e a análise da resistência (ou desobediência) das classes subalternas marginalizadas pela luta pela hegemonia das classes fundamentais: de um lado, a subalternidade como *política autônoma* que exalta as rebeliões e seus impactos ainda parciais, ainda circunscritos à consolidação cultural de comunidades em resistência; de outro, a subalternidade como expressão da eficácia da dominação que propicia uma história de impossibilidade de sucesso e de permanente fracasso dos projetos e dos desejos encarnados nos movimentos desde baixo.

O conceito que Gramsci propõe, inclui e explica as ambiguidades e os aspectos contraditórios desse processo, as oscilações e as combinações entre aceitação relativa da dominação - como resultado da hegemonia - e sua recusa, ainda que relativa, por meio da resistência e da rebelião, como entre a espontaneidade e a consciência. Em outras palavras, evidencia o vínculo da subordinação (subservismo, desorganização, desagregação, espontaneísmo, etc.) e, simultaneamente, faz da base por uma teoria da conformação autônoma do indivíduo em um contexto de dominação e hegemonia, acentuando o processo de conquista e exercício das margens de autodeterminação através dos quais os subalternos iniciam a deixar de o ser.

### “Classes subalternas” e “grupos sociais subalternos”

Outra questão de grande importância diz respeito à fórmula “classes subalternas” – que utilizei, não por acaso, no lugar de “grupos sociais subalternos”.

Prefiro usar a expressão gramsciana de “classes subalternas” por considerar que esta postula e combina elementos ou fundamentos indispensáveis para pensar os processos de subjetivação política: a condição classista, com suas determinações materiais no terreno socioeconômico e a subalternidade, como situação sociopolítica. O x e o y da genética marxista da práxis e da subjetivação, que aparecem claramente no interior dos Cadernos, na intenção e no esforço de Gramsci de qualificar e revisar a relação entre estrutura e superestrutura para além da metáfora marxiana, a fim de poder avaliar o lugar e o tempo da dimensão política, sem dissociar da dimensão econômica. Um exemplo representativo desta intersecção analítica se encontra na já mencionada passagem em que Gramsci fala da constituição do “trabalhador coletivo” como uma tendência para deixar de ser classe subalterna (Q9, 67, 1137-1138).



Neste quadro geral que entrelaça *agency* e estrutura, bem como a política e a economia, assinalarei brevemente duas questões problemáticas e ao mesmo tempo profícuas, para delinear o conceito de *classes subalternas* como instrumento de uma herança categorial da sociologia política marxista. A primeira localiza-se no uso dos substantivos *classes* e/ou *grupos subalternos*. A segunda relaciona-se com a distinção entre classes fundamentais e classes marginais, e a hierarquia entre estas.

*Classes e grupos subalternos*. Nos Cadernos não se encontra um significado único de *classe*, à medida em que esta aparece como um conceito constantemente adjetivado<sup>15</sup>. Nos dois primeiros Cadernos, Gramsci utiliza os conceitos de “classes produtivas”, “populares” ou “classes trabalhadoras”, e somente no Q3 (14, 299), de 1930, introduz o conceito de “classes subalternas” sem, no entanto, deixar de usar com frequência o conceito de “classes populares” e, esporadicamente, “classes instrumentais”, “inferiores”, “produtoras”, “fundamentais”, “subalternas”, “trabalhadoras”, “pobres”, “operárias” e até “atrasadas e politicamente incapazes” (Q 19, 5, 1980)<sup>16</sup>.

Parece então que, dentre os vários usos, o de “classes subalternas” não implica uma definição exclusiva ou excludente, e que, mesmo assim, é uma acepção que é evidenciada e adquire centralidade nas reflexões de Gramsci, no âmago da relação político-ideológica entre dominantes e dominados. Além disso, é preciso acrescentar que, em duas ocasiões, Gramsci aceita como sinônimas as expressões “classes subalternas” e “massas populares” (Q 14, 10, 1664) ou “classes populares” (Q 15, 74, 1833). Gramsci insere-as nas suas notas sobre “classes subalternas”, ainda que estas não tenham o mesmo destaque. Desse modo, “classes subalternas” é e não é um sinónimo de “classes populares”, uma vez que este último significado parece ser mais descritivo do que analítico ou, se quisermos, de segunda ordem.

É sabido que no Caderno 25, de 1934, na transcrição da nota de seis pontos, redigida em primeira instância em 1930, Gramsci substitui o substantivo “classe” por “grupo”. Importante assinalar – porque tal questão não é mencionada pelos estudiosos de Gramsci – que essa substituição é apenas parcial, uma vez que o termo “classe” se mantém em uma passagem dessa mesma nota, na formulação mais geral. Posteriormente, na enumeração dos parágrafos do referido Caderno, introduz o termo “grupos subalternos”. A noção de “classe”

<sup>15</sup> Conceito operativo, segundo Raúl Mordenti (*Classe, classi*, in G. Liguori, P. Voza (a cura di), *Dizionario gramsciano*, cit., p. 132); por outro lado, Mordenti considera que a autocensura, devido à condição do cárcere, contribuiu para que não o utilizasse sistematicamente.

<sup>16</sup> Por outro lado, como equivalente de “classe dirigente”, Gramsci utiliza também as fórmulas de “classes dirigentes”, “superior”, “classe hegemônica”, “classe burguesa”, e, esporadicamente, expressões como “classe intelectual”, “classe culta”, “classe política” e “classe revolucionária”.

é, por um lado, utilizada por Gramsci nas notas posteriores ao Caderno 25<sup>17</sup>, enquanto a de “grupos” já havia aparecido anteriormente<sup>18</sup>. Green argumenta que se trata de “expressões intercambiáveis” e que não representam conceitos distintos para Gramsci<sup>19</sup>. Embora acabe por ser essencialmente verdadeira a um certo nível descritivo<sup>20</sup>, tal afirmação não explica a variação nem resolve o problema de nomenclatura envolvido, muito menos esclarece o estatuto do conceito de “classe” no pensamento de Gramsci.

Seguindo o percurso do conceito de “classes subalternas”, não se pode argumentar que Gramsci abandona uma leitura classista dos processos políticos e, sendo esta uma fronteira entre marxismo e pós-marxismo, que sai do perímetro da tradição marxista. De todo modo, mesmo aceitando um eventual deslize semântico, reflexo da insatisfação com a precisão do conceito de *classe*, este não afetaria substancialmente o alcance teórico da tradição marxista dos Cadernos, uma vez que a perspectiva classista o estrutura de modo fundamental, do princípio ao fim. O resto pertence, de acordo com algumas polêmicas recentes, ao gênero dos romances policiais<sup>21</sup>.

A introdução da noção de “grupo” é interna à análise classista e estabelece uma distinção qualitativa que não pode ser subestimada e que se presta a duas interpretações possíveis. A primeira é que Gramsci atribuiu um caráter mais preciso no uso da noção de classe, sem estendê-la levianamente às múltiplas formas de subalternidade – para atribuir o conceito de classe a situações com maior densidade política, consciência, a classe em si ou, em alternativa, sublinhar o seu estatuto produtivo e estritamente operário de “classes instrumentais”. A segunda, mais importante e de natureza quantitativa, garantiria que os grupos possam e devam ser entendidos como *frações de classe*. Esta compreensão parece ser a mais apropriada aos termos do léxico marxista e se expressa como a hipótese mais provável, uma vez que - como assinalado - a noção de “classe” se mantém no plano mais geral, enquanto que na distribuição particular dos parágrafos a noção de “grupo” é introduzida.

<sup>17</sup> Como por exemplo no Caderno 27 (de 1935, Q 27, 1, 2312), em que em uma importante reflexão sobre o folclore, define o povo como “o conjunto das classes subalternas e instrumentais”, ou no Q29, 2, 2343.

<sup>18</sup> No Caderno 8 de 1931-1932 (Q8, 153, 1033), depois no Caderno 14, miscelâneo, escrito entre 1932 a 1935 (Q14, 34, 1691) e, no Caderno 15, de 1933 (Q 5, 66, 1830).

<sup>19</sup> Green, M. *op. cit.*, p. 211.

<sup>20</sup> De fato, no Caderno 10 (Q10 II, 41.XII) Gramsci refere-se a “grupos dominantes” e “classe superior” em conjunto com “classes subalternas” e, no Caderno 13 (Q13, 17), utiliza “grupos” para se referir às classes sociais.

<sup>21</sup> Por exemplo, as que surgiram em torno dos Cadernos “desaparecidos”, a alegada “traição” de Togliatti, ou a “benevolência” de Mussolini ou a suposta conversão de Gramsci ao catolicismo durante a sua agonia. Sobre o assunto, ver A. D’Orsi (a cura di), *Inchiesta su Gramsci. Quaderni scomparsi, abiure, conversioni, tradimenti: leggendo o verità?*, Milano, Accademia University Press, 2014.



## Classes subalternas fundamentais e classes subalternas marginais

A quais classes e grupos Gramsci se refere? Giorgio Baratta propôs a ideia de uma duplicidade interna na categoria de subalterno, que incluiria tanto os subalternos-proletários ("classes instrumentais" em Gramsci) quanto os *subalternos-subproletários* (os marginalizados, às "margens da história"). Ao perguntar em quem Gramsci estava fundamentalmente pensando quando forjou esta categoria, Baratta responde fazendo referência à formulação de Gramsci no Caderno 27, no qual o "povo" é definido como "o conjunto de classes subalternas e instrumentais". A partir desta definição, Baratta considerou duas hipóteses: na primeira, os subalternos se distinguem das classes produtivas e, na segunda, hipotetizou que o conceito de "subalterno" é mais amplo e inclui as "classes instrumentais". Para eliminar a alternativa, ele se referiu à passagem do Caderno 3 no qual Gramsci menciona os "elementos mais marginais e periféricos dessas classes, que não alcançaram a consciência de classe em si". Essencialmente, para Baratta, o conceito de "subalternos" inclui tanto os proletários como os *subproletários* <sup>22</sup>.

Liguori<sup>23</sup> chega a uma conclusão semelhante, distinguindo "classes subalternas fundamentais" de "classes subalternas marginais", demonstrando que Gramsci trabalha com vários significados da noção de "subalterno" sem tentar resolver o enigma de sua possível articulação ou a proeminência de um destes. Todavia, é evidente que a abertura conceitual implica que Gramsci considerou a condição de subalternidade como transversal a todo o espectro das classes exploradas e oprimidas e, ao mesmo tempo, um denominador comum para poder discernir tanto a diversidade da sua condição socioeconômica quanto sociopolítica (na linha espontaneidade-consciência) e a hierarquia que a compõe. Hierarquia que se sustenta por dois parâmetros, interno e externo: primeiro, sobre quem exercerá a hegemonia entre os subalternos e, segundo, sobre quem será capaz de sustentar a "autonomia na luta com os inimigos"<sup>24</sup>, a "classe subalterna mais avançada" que pode chegar mesmo a tomar o poder.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> Giorgio Baratta, *op. cit.*, pp. 120-123, também argumenta que a classe camponesa ocupa um lugar intermediário em uma estratificação interna dos subalternos.

<sup>23</sup> G. Liguori, "*Classi subalterne*" *marginali e "classi subalterne" fondamentali in Gramsci*, in *Critica marxista*, 2015, n. 4.

<sup>24</sup> "O estudo do desenvolvimento das forças inovadoras de grupos subalternos a grupos dirigentes e dominantes deve, portanto, procurar e identificar os processos através dos quais adquiriram autonomia face aos inimigos e a adesão dos grupos que os ajudaram ativamente ou passivamente, uma vez que todo este processo foi historicamente necessário para se unificarem num Estado. O grau de consciência histórico-política a que estas forças inovadoras tinham progressivamente chegado nas várias etapas mede-se precisamente por estes dois critérios e não apenas pelo seu afastamento das forças anteriormente dominantes" (Q 25, 5, 2289).

<sup>25</sup> "Outros exemplos podem ser extraídos de todas as revoluções passadas em que as classes subalternas eram numerosas e hierarquizadas por posição econômica e por uma homogeneidade. Os movimentos 'espontâneos' das camadas populares mais amplas tornam possível a chegada ao poder da classe subalterna mais avançada através do enfraquecimento objetivo do Estado" (Q 3, 48, 331-332).

Distinção e articulação como critérios metodológicos para incursionar-se no campo subalterno ou, como afirma Gramsci, na “área dos grupos subalternos”, que se apresenta como um conjunto de grupos que prospectam a dimensão de classe não como ponto de partida, mas como resultado de processos sociais e políticos de convergência (Gramsci utiliza um termo forte: “unificação”), em sintonia com as abordagens histórico-políticas de Marx e daqueles que se inspiraram em sua obra: *a classe como relação e como um processo e não como um fato estatístico ou como um ator político pré-constituído em virtude das suas condições materiais de existência*<sup>26</sup>.

É surpreendente que uma contribuição tão importante e tão aberta – isto é, suscetível de usos e desenvolvimentos – seja tão pouco explorada no debate marxista<sup>27</sup>, salvo aparições esporádicas nos discursos políticos, progressivamente diluído ao passar pelo crivo dos estudos dos subalternos, dos estudos culturais e do pós-marxismo. Nesse percurso, apresentamos de modo particular as elaborações de Laclau, que retira de Gramsci o fundamento de classe esvaziando, assim, o conteúdo classista do conceito de *hegemonia*, sem considerar que o comunista sardo afirma que a hegemonia “nasce da fábrica” (Q 22, 2, 2146); o que, por sua vez, não significa que tenha nesta se encerrado, mas que não se pode ignorar as determinações materiais para compreender o seu surgimento<sup>28</sup>.

Nesse sentido, a delimitação do conceito de “classes subalternas” pode se configurar como um instrumento analítico para o estudo dos processos e fenômenos sociopolíticos contemporâneos. Em nosso tempo, assim como no tempo de Gramsci, a *questão subalterna* não pode ser vista apenas retrospectivamente – historiograficamente – sob o prisma da história das classes subalternas. Essa compreensão implica em assumir a condição de subalternidade como um problema sociológico e político do presente, na qual envolve o trabalho fino e intenso de atualizar o significado das distintas condições de classe e dos traços subalternos que as atravessam.

<sup>26</sup> Destaque das Tradutoras.

<sup>27</sup> Ainda que encontrem ecos indiretos nas concepções de classe de Thompson e possíveis contatos com a de Poulantzas, aparece nas elaborações contemporâneas que procuram combinar a dependência econômica da hierarquia na tomada de decisões como, por exemplo, a questão dos quadros - que tem precedentes nos debates dos anos 1960-1970 na França - desenvolvida pelo marxismo analítico, por E.O. Wright (M. Modonesi, A. Vela, M. Vignau, *El concepto de clase social en la teoría marxista contemporánea*, cit., pp. 87-106) ou a proposta de Jacques Bidet e Gérard Duménil, *Altermarxisme. Un autre marxisme pour un autre monde*, Paris, Puf, 2007, pp. 97-156. Para uma abordagem das implicações teóricas do conceito de classe no debate sociológico atual, ver a obra de Marcelo Gómez, *El regreso de las clases. Clase, acción colectiva y movimientos sociales*, Buenos Aires, Biblos, 2014.

<sup>28</sup> Entre outras coisas, é surpreendente que o debate sobre o marxismo/pós-marxismo de Gramsci se concentre em múltiplos aspectos, mas não considere imprescindível a variável crucial do classismo, exceto a posição de Laclau e Mouffe que a eliminam completamente na viragem teórica pós-marxista que operam sobre o conceito de hegemonia. Cf. E. Laclau, C. Mouffe, *Egemonia e strategia socialista* [1985], Genova, il Melangolo, 2011.

Se os traços que caracterizam as classes subalternas são aqueles assinalados por Gramsci – desagregação, desorganização, espontaneísmo, subversivismo episódico e esporádico, estar sempre na defensiva – é importante reconhecer que classes subalternas é um conceito que nos interpela diretamente e parece descrever o tempo presente. A involução subjetiva, em termos classistas, apresenta-se como a nossa questão meridional, o limite de nossa época e o nosso ponto cego teórico-político.

Consequentemente, o desafio — simultaneamente analítico e político-estratégico — consiste, no esforço de recuperar a centralidade da análise classista para compreender as sociedades capitalistas contemporâneas, em assumir a questão das classes subalternas como expressão que sintetiza tanto os limites quanto os horizontes de possibilidades teórico-práticas: a atividade de conhecer e de transformar, para que os subalternos deixem de ser subalternos.